



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUINTA-FEIRA, 6 DE FEVEREIRO DE 2014

IMPROBIDADE

# MPE quer que Sergio Reis devolva quase R\$ 1 milhão

A Promotoria de Controle e Fiscalização do Terceiro Setor, do Ministério Público do Estado, quer que o ex-deputado federal Sérgio Reis e mais duas outras pessoas devolvam aos cofres públicos cerca de R\$ 1 milhão. Ontem, foi movida uma Ação Civil Pública de ressarcimento, por atos de Improbidade Administrativa, contra Reis, que na época respondia pela Secretaria estadual da Agricultura, a ex-chefe da Assessoria de Planejamento da mesma Secretaria, Ana Maria Fonseca Brasil, e contra o ex-presidente do Instituto Ibicy de Estudos, Pesquisas e Projetos de Desenvolvimento Econômico, Social, Cultural, Ambiental e Tecnológico, José Raimundo de Araújo Campos.

De acordo com a Ação,

subscrita pelos promotores Ana Paula Machado, Edyleno Sodré e Maria Helena Vinhas, em 2006 – quando Sérgio Reis era secretário estadual da Agricultura – foi firmado um Termo de Parceria entre a Secretaria e o Instituto Ibicy, assinado, respectivamente, por Sérgio e Raimundo, tendo por objeto a construção de cisternas de placas na região do semiárido sergipano. O Termo teve duas prorrogações e houve inclusive repasse financeiro integral para o Instituto Ibicy.

Os promotores destacaram que o Instituto não executou em sua totalidade as construções, restando pendente 44,72% da obra, o que gerou ao Estado de Sergipe um prejuízo total no valor de R\$ 921.767,56. Segundo os promotores, foi na gestão de

Sérgio Reis, “então ordenador de despesas da Secretaria de Agricultura, que ocorreu o desvio do dinheiro do convênio, quando repassou integralmente a verba para o custeio da obra”.

Os promotores explicaram ainda que coube a Ana Maria Brasil a responsabilidade pela Justificativa Técnica para a Viabilização de Termo de Parceria com o Instituto Ibicy, de cuja entidade é sócia-fundadora. “Ela comandou a parceria na condição de chefe da Assessoria de Planejamento com conivência e descaso. Já José Raimundo tinha trânsito livre nas dependências da Secretaria durante a vigência do Termo de Parceria e participou cedendo materiais de expediente, equipamentos e veículos da Secretaria”.